ADOLESCENTS IN SOCIAL VULNERABILITY AND THE SCHOOL: AN ANALYSIS UNDER THE HISTORICAL-CULTURAL PERSPECTIVE

O ADOLESCENTE EM VULNERABILIDADE SOCIAL E A ESCOLA: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL

Luciana Padilha Espíndola Carvalho¹; Paola Nogueira Lopes²; Sônia da Cunha Urt³

1. Psicóloga, Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação da UFMS. Membro do GEPPE – Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Educação. Orientação da Professora, Sonia da Cunha Urt

e-mail: lucianapadilhaespindola@hotmail.com

2. Psicóloga. Coordenadora do Projeto AJA/SED - Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul. Mestranda em Educação do Programa de Pós Graduação em Educação/UFMS. Membro do GEPPE – Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Educação. Orientação da Professora, Sonia da Cunha Urt

E-mail: lopespaola14@gmail.com

Doutora em Educação – Psicologia Educacional, pela UNICAMP. Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia na Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Coordenadora do GEPPE – Grupo de Estudo e Pesquisa em Psicologia e Educação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

E-mail: surt@terra.com.br

Como citar:

CARVALHO, Luciana Padilha Espíndola; LOPES, Paola Nogueira; URT, Sônia da. Adolescents in social vulnerability and the school: an analysis under the historical-cultural perspective. In: INTERNATIONAL SYMPOSIUM ADOLESCENCE(S) & FÓRUM (RE)PENSANDO A EDUCAÇÃO, 3, 2017, São Paulo.

Anais... São Paulo: Unifesp, 2017. p. 258-269.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22388/2525-5894.2017.20>

Resumo: Este estudo tem a finalidade de evidenciar como o adolescente no contexto de vulnerabilidade social pode ter dificuldades relacionadas à escola. Objetivando esclarecer esta correlação, mostra-se neste estudo como Vigotski construiu seu método inspirado em ideias marxistas, bem como o modo que a adolescência é compreendida na teoria histórico-cultural. Posteriormente, é exposto como o fator social influencia nas questões relacionadas à educação. No decorrer deste estudo foram utilizadas pesquisas bibliográficas que incluem livros, teses, dissertações e outros documentos que auxiliaram a entender o adolescente nesta condição. Estas análises mostram como a condição de desigualdade influencia na constituição do sujeito nas instituições escolares.

Palavras-chave: Histórico-cultural. Vulnerabilidade. Escola.

Abstract: This study has the purpose of showing how the adolescent in the context of social vulnerability may have difficulties related to the school. In order to clarify this correlation, it is shown in this study how Vygotsky constructed his method inspired by Marxist ideas, as well as the way that adolescence is understood in cultural-historical theory. Subsequently, it is exposed how the social factor influences the issues related to education. In the course of this study, bibliographical research was used, including books, theses, dissertations and other

documents that helped to understand the adolescent in this condition These analyzes show how the condition of inequality influences the constitution of the subject in school institutions.

Keywords: Cultural-historical. Vulnerability. School.

INTRODUÇÃO

Antes de discorrer acerca do tema central proposto, é importante entender como a adolescência se configura na sociedade brasileira no que se refere à legislação, políticas públicas de assistência, bem como o ensino. Estes olhares auxiliam a contextualizar onde está o adolescente brasileiro. Portanto, estabelece-se como ponto de partida o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelecido no ano de 1990, que define que a adolescência compreende dos doze aos dezoito anos de idade e no que tange à educação, define no artigo 53 que “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” e com o objetivo deste pressuposto ser cumprido, em seguida o inciso I defende que haja “igualdade de condições para acesso e permanência na escola”. Utiliza-se a legislação como tentativa de investigar se os adolescentes encontram condições iguais de acesso e permanência na escola.

No que se refere à permanência na escola, o Programa de Transferência de Renda Bolsa Família, em sua grade de benefícios, dispõe sobre o Benefício Variável Jovem¹, que é voltado para famílias que se encontram em situação de pobreza ou extrema pobreza. Por famílias pobres o programa estabelece como critério renda per capita de no máximo R\$ 170,00 e extremamente pobres o máximo R\$ 85,00. Neste contexto surge o Benefício Variável Jovem no valor de R\$ 46,00 para as famílias que, em sua composição, tenham jovens de 15 a 17 anos.

Em relação à escola, o período da adolescência estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente compreende o final do ensino fundamental e ensino médio, isto quando se fala na escolaridade esperada. No ensino público, cada vez mais está disseminada a ideia de implementar a escola integral no Ensino Fundamental e Ensino Médio², que propõe a permanência da criança ou adolescente por mais tempo na escola e também o ensino de modo integral, em que a criança e adolescente tenham outras habilidades desenvolvidas. O ensino médio, atualmente, é alvo de mudanças estruturais que propõem, entre outras medidas, a formação técnica do jovem.

Neste contexto está o adolescente brasileiro. Teoricamente respaldado e amparado por leis e políticas públicas e permanecendo cada vez mais tempo na instituição de ensino. A partir do recorte acima já se teoriza o espaço que o adolescente, sujeito desta pesquisa, provavelmente está transitando.

¹ Disponível em <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>

² Disponível em <http://educacaointegral.mec.gov.br/>

Informalmente, a juventude é compreendida de forma ambígua. Aquino (2009, p.26) expõe que a juventude pode apresentar dois aspectos: “etapa problemática” ou, também, “fase preparatória”.

Aquino (2009), inspirada por Zaluar (1997) e Waiselfisz (1998), disserta que a “etapa problemática” corresponde a comportamentos que no senso comum são atrelados ao jovem, tais como o uso de substâncias químicas ilícitas. A autora continua sustentando a ideia que:

[...] É sintomático, por exemplo, o fato de que, *pari passu* à consolidação da afinidade entre a modernização socioeconômica e a configuração da juventude como categoria sociológica específica, firmou-se uma vinculação quase direta entre a temática juvenil e as questões da desordem social, impondo a identificação dos jovens como o grupo prioritário sobre o qual deveriam recair as ações de controle social tutelar e repressivo, promovidas pela sociedade e pelo poder público (AQUINO, p. 25).

A ideia que vai de encontro a esta afirmativa é a da juventude como “fase preparatória”. Por este conceito, Aquino (2009, p. 25) defende que esta fase exigiria o apoio de uma rede incluindo família e escola. Este amparo estaria concentrado para auxiliar o jovem a tornar-se um adulto “ajustado e produtivo”.

A ideia da adolescência como fase de risco é muito presente nas pesquisas da área da saúde. Massuia et al (2010, p. 424) entende que, como adolescente está vivenciando uma condição de desenvolvimento, “traz em si uma condição intrínseca de vulnerabilidade, necessitando assim, de proteção física, psíquica e moral, com atenção integral”.

METODOLOGIA

Por meio deste artigo é proposto expor como a condição de vulnerabilidade social do adolescente pode influenciar em sua relação com a escola. Para isto, estabelece-se a teoria histórico-cultural como abordagem na tentativa de compreender a adolescência, bem como entender como as condições de desigualdade social podem tornar o acesso do adolescente à escola um desafio para as políticas públicas e profissionais da educação.

Para isto, propõe-se um recorte sobre o método de Vigotski, bem como a adolescência sob a ótica da teoria histórico-cultural. Então, o conceito de vulnerabilidade será abordado e o modo como a vulnerabilidade social pode interferir na relação do adolescente com a escola. Por fim expõem-se as considerações finais dos materiais encontrados ao longo da confecção do artigo.

A partir das leituras realizadas para a confecção deste estudo, dois termos já foram relacionados ao sujeito desta pesquisa: adolescência e juventude. Ambas as referências foram destinadas até aqui a uma faixa etária correspondente com limite de dezoito anos. Sobre esta inconstância em estabelecer uma terminologia, Silva e Lopes (2009, p. 88) afirmam que:

O termo adolescência parece estar mais vinculado às teorias psicológicas, considerando o indivíduo como ser psíquico, pautado pela realidade que constrói e por sua experiência subjetiva. Ao passo que o termo juventude parece ser privilegiado no campo das teorias sociológicas e históricas, no qual a leitura do coletivo prevalece. Sendo assim, a juventude só poderia ser entendida na sua articulação com os processos sociais mais gerais e na sua inserção no conjunto das relações sociais produzidas ao longo da história.

Neste trabalho fala-se sobre o sujeito sob a ótica de teorias psicológicas, porém na leitura de documentos relacionados principalmente em políticas públicas ou pesquisas da área social, a terminologia utilizada é frequentemente ‘jovem’. Considerando que para contemplar o objetivo do estudo precisa-se tanto discorrer sobre a teoria psicológica, bem como os aspectos sociais que amparam o sujeito, opta-se pelo emprego das duas terminologias no decorrer do texto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para compreender a teoria histórico-cultural é necessário saber que esta abordagem possui influências dos pensamentos marxistas no que tange ao materialismo histórico dialético.

Marx e Engels, com sua filosofia, inspiraram Vigotski (1896-1934) para que ele pudesse compor seu método. Conforme sustentam Baroni e Santa (2014, p.2):

A filosofia de Marx e Engels ao inverter o modelo dialético hegeliano, estabelecendo como causas do desenvolvimento histórico as condições materiais de existência e não mais as ideias, permitiu uma guinada nas pesquisas antropológicas, pavimentando o caminho para o estudo dos fenômenos psicológicos.

Apesar das influências do marxismo para a construção do método de Vigotski, Baroni e Santa (2014, p. 2) defendem que o psicólogo russo não deve ser considerado um “teórico marxista”, mas sim um “pensador marxista”, pois de acordo com as autoras “o pensamento marxista representava o substrato teórico sobre o qual Vigotski construiu a sua psicologia, mas não os limites aos quais ela estava circunscrita”.

De acordo com Baroni e Santa (2014, p. 2) o materialismo histórico-dialético quando compreendido como ferramenta “de leitura da realidade em seu desenvolvimento histórico” significou para Vigotski uma estratégia para “estabelecer um modelo científico de estudo dos fenômenos”.

Sobre esta abordagem, Dassoler et al (2007, p. 29) afirma que estudar os fenômenos historicamente, implica nos estudos do fenômeno em movimento e conclui discorrendo que “[...] o sujeito, nessa perspectiva, apropria-se da realidade nos aspectos que lhe são significativos, sendo a maneira como se apropria única e fundamento de sua própria singularidade.

Sobre o método de Vigotski, compreende-se a partir de seus escritos compilados em “A formação social da mente” que as teorias psicológicas da época de caráter estímulo-resposta não contemplavam os anseios dele para leitura da realidade e defende a tese de que:

[...] o desenvolvimento psicológico dos homens é parte do desenvolvimento histórico geral de nossa espécie e assim deve ser entendido. A aceitação dessa proposição significa termos de encontrar uma nova metodologia para a experimentação psicológica.

Vigotski propôs que o desenvolvimento do psiquismo humano não deve ser visto aparte do contexto em que está inserido e propõe que a análise das funções psicológicas superiores pode ser sintetizada dentro dessas três esferas:

[...] (1) uma análise do processo em oposição à análise do objeto; (2) uma análise que revela as relações dinâmicas ou causais, reais, em oposição à enumeração das características externas de um processo, isto é, uma análise explicativa e não descritiva; e (3) uma análise do desenvolvimento que reconstrói todos os pontos e faz retornar à origem o desenvolvimento de determinada estrutura [...].

A partir desta proposta de estudo de Vigotski, considera-se que seu método propicia subsídio para compreender a adolescência além de uma etapa biológica, como propõe grande parte dos teóricos da psicologia, e também como as informações comumente são disseminadas sobre adolescência.

Dassoler et al (2007, p. 27), ao analisar o método de Vigotski, sintetiza como o coletivo influencia o singular:

Ao propor uma mudança epistemológica/metodológica para a Psicologia, Vygotski traz como um dos principais alicerces a compreensão de ser humano como ser fundamentalmente histórico e cultural, manifestação singular de um amplo conjunto de relações sociais, indo na contramão de perspectivas que isolam o sujeito de seu contexto, pois o próprio psiquismo é constituído historicamente na complexa e indissociável relação sujeito e sociedade.

A reflexão de Dassoler et al (2007) coaduna com o que fora exposto em relação ao método de Vigotski. E a partir da influência histórica sobre o psiquismo, pode se entender a adolescência de uma nova forma.

Quando se reflete sobre adolescência, a psicologia majoritariamente tem propagado saberes mais aplicados ao caráter biológico desta fase, dando enfoque à maturação que é tida como característica deste momento (TOMIO & FACCI, 2009). Dentro desta perspectiva, um dos teóricos

mais disseminados que disserta sobre desenvolvimento humano, Papalia (2013, p. 386) defende que a adolescência é, dentre outros aspectos, caracterizada pela “transição no desenvolvimento”:

Na maioria das sociedades modernas, a passagem da infância para a vida adulta é marcada não por um único evento, mas por um longo período conhecido como adolescência – uma transição no desenvolvimento que envolve mudanças físicas, cognitivas, emocionais e sociais e assume formas variadas em diferentes contextos sociais, culturais, e econômicos.

Papalia (2013, p. 386) enfatiza em sua obra “Desenvolvimento humano” a adolescência como fase de transição dando primazia aos aspectos biológicos bem como o desenvolvimento cognitivo, porém também afirma que esta fase é uma construção social quando escreve que somente no século XX a adolescência fora reconhecida “como um estágio de vida separado no mundo ocidental”.

Venancio (2011, p. 44) vai ao encontro desta afirmação quando expõe que algumas condições econômicas e sociais auxiliaram o surgimento da adolescência, entre elas o avanço tecnológico desencadeado pelas revoluções industriais que fez com que o preparo para inserir-se no mercado de trabalho exigisse maior preparo por meio dos estudos.

No que se refere ao olhar da psicologia histórico-cultural sobre a adolescência, pode-se notar, a partir do que defende Venancio (2011, p. 44), os fatores primordiais defendidos por esta abordagem:

À psicologia histórico-cultural não interessa estudar a adolescência em si, mas como foi construída historicamente, entendendo-a como construção social que repercute subjetiva e socialmente na representação do chamado homem moderno. Evidenciada por alterações corporais reconhecidas e significadas socialmente, não é isso, entretanto, que faz a adolescência aquilo que ela significa. Para compreendê-la é preciso ir à gênese de sua construção histórica e social, pois só assim poder-se-á entendê-la como fator identitário.

Conforme a reflexão de Venancio (2011) percebe-se um dos conceitos que Vigotski (2011) utiliza para defender a abordagem histórico-cultural, que é ir à gênese de como se deu a construção histórica de determinado fenômeno. Para Vigotski, são necessárias as causas de determinado fenômeno. Na sua proposta de análise, Vigotski (2010) sustenta a busca pela “essência” de como se constrói determinado fenômeno psicológico, e, para isto, a análise não deve ser limitada apenas às aparências de determinado fenômeno.

Aliada a esta compreensão, Mascagna (2009) mostra que, na vertente histórico-cultural, quando se teoriza sobre desenvolvimento humano, deve-se notar que nesta abordagem o desenvolvimento humano não deve ser desassociado do “desenvolvimento cultural da humanidade”.

A autora complementa explicando que “o aspecto cultural sobressai sobre o biológico e os homens se apropriam ativamente dos conhecimentos produzidos historicamente que são transmitidos de geração a geração, por meio da mediação entre os homens, tornando-os parte de sua natureza” (MASCAGNA, 2009, p. 13).

Facci e Tomio (2009, p. 93) elucidam que:

Vigotski considera que a origem do psiquismo humano se encontra nas condições sociais de vida historicamente formadas e, de acordo com seu pensamento, relacionadas ao trabalho social, ao emprego de instrumento e ao surgimento da linguagem. Ele parte da concepção da formação do psiquismo humano por meio de uma relação dialética entre realidade social e fenômenos tipicamente humanos como a consciência e a linguagem.

A partir das explicações, a reflexão que surge em relação à adolescência é que esta fase não pode ser compreendida apenas como etapa do desenvolvimento humano impulsionada por hormônios e variáveis biológicas, mas sim de que esse fenômeno se configura de modo distinto de acordo com fatores histórico-sociais. Apesar do foco da teoria histórico-cultural na historicidade como determinante para o desenvolvimento humano, esta abordagem não nega o caráter biológico, no entanto, quando se fala em desenvolvimento biológico, este deve ser contextualizado considerando fatores sociais onde este jovem está inserido:

[...] a adolescência, estabelecida como uma fase da vida do homem, não se faz naturalmente e/ou biologicamente, pelo contrário, está intrinsecamente inserida na vida material e social. A puberdade sim está relacionada diretamente com o desenvolvimento biológico, acontece naturalmente, apesar de também estar correlacionada ao social, por exemplo, com o tipo de alimentação e atividade que o “pré-adolescente” ingere e realiza, respectivamente. A classe social que ocupa na sociedade dita o tipo e a qualidade de nutrientes necessários ao bom desenvolvimento físico e mental que o jovem poderá se apropriar ou não. (MASCAGNA, 2009, p. 27).

Quando se reflete sobre o enunciado de Mascagna (2009), fica claro que as condições desiguais “criam” e “definem” a adolescência. Esta reflexão é primordial para compreender o objetivo deste trabalho, pois se concorda que a realidade desigual posta, e a condição de vulnerabilidade limita o acesso adequado de educação para alguns.

Ainda de acordo com Mascagna (2009), “[...] A denominada adolescência também está relacionada aos fatores sociais, econômicos e culturais de um determinado período histórico”. Com esta afirmativa a autora defende que o desenvolvimento humano em seu caráter biológico depende de “condições concretas” (p. 28).

Facci e Tomio (2009) relatam que, sob o método estabelecido por Vigotski, o psicólogo define que há relação entre natureza e cultura e que esta relação abrange a filogênese que se refere à

evolução da espécie, bem como a ontogênese que diz respeito ao desenvolvimento do indivíduo. Facci e Tomio (2009) defendem que, mesmo que estes dois segmentos sejam produtos de diferentes linhas, estão conectados influenciados por suas próprias características.

Diante do exposto, podem ser feitas as seguintes indagações: Como se constitui a adolescência dos mais pobres? Como condições de exclusão estabelecem fracasso escolar? Como a condição de vulnerabilidade social do adolescente influencia na vida escolar? A última indagação exige mais atenção quando se reflete que a escola, no período que compreende a adolescência, isto é, a partir dos doze anos, tem papel primordial para o seu desenvolvimento:

É por meio do ensino escolar que o indivíduo cria uma nova linha de desenvolvimento, acelerando-o e promovendo-o. A escola é, portanto, fonte de seu desenvolvimento intelectual e conceitual. Vivido no período escolar esse processo proporciona a aprendizagem de conhecimentos científicos, base para o domínio do pensamento teórico e de outras funções psicológicas superiores. A escolarização ocupa, dessa forma, um lugar de destaque proporcionando, além disso, o desenvolvimento de um pensamento crítico ao estabelecer relações de conhecimento mediadas pelas relações com companheiros e com pessoas adultas (FACCI e TOMIO, 2009, p. 96).

A partir da reflexão de Facci e Tomio (2009), cabe a reflexão acerca do conceito de vulnerabilidade na tentativa de contextualizar o adolescente sujeito deste estudo.

Cruz & Hillesheim (2011) recorrem à etimologia da palavra vulnerabilidade, que em latim, *vulnerabilis* “significa causar lesão” e complementam que este conceito possui um significado negativo por estar atrelado à noção de perda.

De acordo com Cruz & Hillesheim (2011) o uso do termo vulnerabilidade se deu na saúde devido às pesquisas sobre HIV. Estes estudos feitos por Mann, Tarantola e Netter (1993), que foram realizados na Escola de Saúde Pública de Harvard, propunham avaliar a vulnerabilidade à infecção na tentativa de tentar quantificar se poderiam adoecer.

Ainda de acordo com os apontamentos de Cruz e Hillesheim (2011, p. 300), para que os pesquisadores pudessem estabelecer este grau de vulnerabilidade, os estudiosos consideravam um ponto onde os fatores de vulnerabilidade cruzavam daí se inclui a vulnerabilidade individual, que correspondia ao saber do sujeito sobre os comportamentos que estariam relacionados ao desencadeamento de infecção; o programático, que diz respeito a como esse indivíduo tem acesso ao serviço de saúde considerando aí a relação entre os usuários e trabalhadores da saúde; e, finalmente, a vulnerabilidade social, que equivale ao:

[...] perfil da população da área de abrangência, considerando-se o acesso à informação, investimentos em serviços sociais e de saúde, acesso aos serviços, mortalidade infantil, condições de vida das mulheres, índice de desenvolvimento humano e relação de gastos com educação e saúde.

Oviedo e Czeresnia (2015) expõem que o conceito fora muito difundido na área da saúde e posteriormente ganhou notoriedade em campos diferentes da saúde, incluindo aí o meio jurídico e econômico.

Atualmente nota-se que este conceito continua sendo usado na área da saúde e está bem disseminado na área da assistência social. Na educação esse conceito aparece principalmente nos estudos feitos sobre violência escolar, onde a vulnerabilidade social aparece como um dos propulsores para que este fenômeno ocorra³.

Por indivíduo em vulnerabilidade social, de acordo com a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS), compreende-se aquele que está com vínculo frágil ou mesmo sem nenhum vínculo relacionado à afetividade no que tange à esfera social ou noção de pertencimento, vulnerabilidade devido à deficiência, bem como devido à pobreza e etnia.

O Fundo de Nações Unidas Para a Infância - UNICEF (2011, p. 28) expõe que as condições de vulnerabilidade afetam o adolescente e são listados nove fenômenos sociais que implicam no desenvolvimento do adolescente: “1. a pobreza e a pobreza extrema; 2. a baixa escolaridade; 3. a exploração do trabalho; 4. a privação da convivência familiar e comunitária; 5. a violência que resulta em assassinatos de adolescentes; 6. a gravidez; 7. a exploração e o abuso sexual; 8. as DST/aids; 9. o abuso de drogas”

O documento da UNICEF (2011) sobre a Situação da Adolescência Brasileira sustenta que a pobreza é considerada um tipo de vulnerabilidade que é posta por gerações. Já a baixa escolaridade é resultante de situações que envolvem exclusão oriundas da primeira infância do adolescente. O documento revela que o adolescente muitas vezes fora marcado por uma vida escolar onde ficou exposto à escassez de obtenção de educação infantil, aliado à fragilidade do ensino fundamental.

De acordo com Bock e Melsert (2015) a desigualdade social pertence à realidade brasileira e é um tema de mister importância nas vertentes críticas relacionadas à educação e psicologia. Ainda conforme apontam Bock e Melsert (2015, p. 775), as teorias críticas procuram compreender como se constituem classes ricas e pobres tendo como ponto de partida “a análise dos seus determinantes e do seu processo de construção histórica”.

Dados divulgados pela UNICEF (2011, p. 31) revelam que houve avanço no que se refere ao acesso das crianças à escola, no entanto, apenas ter acesso à instituição escolar não é o bastante para que haja a garantia do aprendizado:

³ Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas. Abramovay (2002)

As crianças e adolescentes chegam à escola, mas muitos deles não conseguem aprender e conquistar avanços em sua escolaridade por uma série de fatores relacionados à qualidade da educação e à precariedade do ambiente de aprendizagem. Pouco estimulados e apoiados, algumas vezes pressionados a contribuir para a renda familiar, crianças e adolescentes iniciam um ciclo de repetências e acabam abandonando os estudos. À medida que as séries escolares avançam, aumentam os índices de distorção idade-série e de evasão.

Esta observação já mostra como a desigualdade interfere no desenvolvimento escolar, e, considerando o papel importante que a escola possui como fonte de aprendizado e socialização, pode-se quase constatar que a falta de acesso a esta instituição pode atingir patamares trágicos:

O processo de escolarização tem uma relação direta com a definição de identidade pessoal e até com a escolha vocacional futura, pois facilita e estimula o desenvolvimento cognitivo do adolescente, que aprende a pensar e a conhecer suas capacidades e potencialidades. Além disso a escola como um todo pode oferecer informações relevantes acerca de várias profissões e seus requisitos mínimos e prepara-los para o mercado de trabalho (UNICEF, 2011, p. 48)

Neto (2009) afirma que, conforme a escolaridade vai avançando, concomitantemente o interesse do aluno começa a diminuir. Junto a este processo ocorre a insegurança relacionada ao ato de aprender e isto interfere na motivação em dar seguimento à escolaridade.

CONCLUSÃO

No mundo contemporâneo visualiza-se a adolescência como tempo de potencialidades e oportunidades. Na contramão deste pensamento, a adolescência como época de riscos sugere maior propensão ao abuso de substâncias químicas ilícitas, violência dentre outros fatores. Este pensamento parece ser consenso com base nos trabalhos discutidos, porém as políticas públicas são muitas vezes de caráter preventivo e concentram-se para adolescência como época de riscos.

A teoria histórico-cultural contribui para que se lance um novo olhar sobre a adolescência, afinal, se os fatores históricos influenciam, qual a adolescência que está sendo construída? E para quem ela está sendo construída?

Os estudos, muitas vezes fixam-se em estatísticas expondo índices de evasão e índices de repetência, que despertam no leitor o conhecimento das fragilidades da educação, porém nem sempre mostram as causas que perpassam e causam essas mazelas.

Esta pesquisa propôs que a vulnerabilidade seja vista como pertencente a uma relação em cadeia, porém, ao mesmo tempo em que se enxerga o sujeito como vulnerável devido às condições de pobreza e exclusão, deve-se perceber que, em torno deste sujeito, há outras questões que propiciam a permanência do ciclo de vulnerabilidade e a escola ocupa papel fundamental para a perpetuação ou interrupção desse ciclo.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carla Coelho de; AQUINO, Luseni Maria C; CASTRO, Jorge Abrahão de. Juventudes e políticas sociais no Brasil. In: AQUINO, Luseni Maria C. **Introdução**. Brasília: IPEA, 2009. p. 23-40.
- BARONI, Vivian e SANTA, Fernando Dala. As raízes marxistas do pensamento de vigotski: contribuições. **Kínesis**, v. 6, n. 12, dez. 2014. p.1-16.
- BOCK, Ana Mercedes Bahia, MELSERT, Ana Luísa de Marsillac. Dimensão subjetiva da desigualdade social: estudo de projetos de futuro de jovens ricos e pobres. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 773-790, jul./set. 2015
- BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília. 2004.
- _____. Estatuto da criança e do adolescente: **Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 14 ago. 2017.
- DASSOLER, Tais Rodrigues, REIS, Alice Casanova dos, TITON, Andréia Piana. URNAU, LÍlian Caroline. ZANELLA, Andréa Vieira. Questões de método em textos de Vygotski: contribuições à pesquisa em psicologia. **Psicologia & Sociedade**; 19 (2): 25-33, 2007.
- FACCI, Marilda Gonçalves Dias e TOMIO, Noeli Assunta Oro. Adolescência: uma análise a partir da psicologia sócio-histórica. **Rev. Teoria e Prática da Educação**, v.12, n.1, jan./abr. 2009. p. 89-99.
- FERNANDES, Rosa M. C. e HELLMANN, Aline (org). **Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil**. – Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016.
- LOPES, Roseli Esquerdo e SILVA, Carla Regina. Adolescência e Juventude: Entre conceitos e políticas públicas. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, Jul-Dez 2009, v. 17, n.2, p. 87-106. Disponível em: <<http://www.cadernosdeto.ufscar.br/index.php/cadernos/article/viewFile/100/65>>. Acesso em: 14 ago. 2017.
- MASCAGNA, Gisele Cristina. **Adolescência: compreensão histórica a partir da Escola de Vigotski**. 2009. 185 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pós Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.
- MASSUIA, Dinéia; MENEZES, Elen Soraia de; PESSALACIA, Juliana Dias. A vulnerabilidade do adolescente numa perspectiva das políticas de saúde pública. **Revista - Centro Universitário São Camilo** - 2010;4, p. 423-430
- MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. **Sociedade em Debate**, Pelotas, 17(2): 29-40, jul.- dez./2011.
- NETO, Othon Cardoso de Melo. **Adolescência e juventude em vulnerabilidade – Perspectivas de futuro, trabalho e escola**. 2009. 131 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia

Social) – Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

OVIDO, Rafael Antônio Malagón e CZERESNIA, Dina. O conceito de vulnerabilidade e seu caráter biossocial. **Interface**, Botucatu, n. 53, p. 237-250, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/2015nahead/1807-5762-icse-1807-576220140436.pdf>> Acesso em: 25 abr. 2017.

PALAZZO e VOLPI. O direito de ser adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades/ **Fundo das Nações Unidas para a Infância**. – Brasília, DF : UNICEF, 2011.

PAPALIA, Diane E. **Desenvolvimento humano** [recurso eletrônico] / Diane E. Papalia, Ruth Duskin Feldman, com Gabriela Martorell ; tradução: Carla Filomena Marques Pinto Vercesi... [et al.] ; [revisão técnica: Maria Cecília de Vilhena Moraes Silva... et al.]. – 12. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: AMGH, 2013.

SANDRINI, Paulo Roberto. **O controle social da adolescência brasileira**: gênese e sentidos do estatuto da criança e do adolescente. 2009. 164 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Pós-Graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

VENANCIO, Magda Machado Ribeiro. **Os sentidos atribuídos à medida socioeducativa de liberdade assistida por jovens em conflito com a lei e seus socioeducadores**. 2011. 128 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pós Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2011.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.